



VOZES DO NORTE DE MOÇAMBIQUE



GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Domingo, 9 de Julho de 2023 | Ano III, n.º 113 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Ausência de instituições de justiça em Palma pode concorrer para intensificação de abusos e violação de direitos humanos

- Com excepção da presença da Polícia da República de Moçambique (PRM), Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), Força Local e de militares ruandesas, a administração da justiça ainda não reabriu as portas no distrito de Palma. O tribunal judicial do distrito, a procuradoria e Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) continuam fechadas, situação que adia o seguimento e a responsabilização de casos e pessoas envolvidas em abusos e violação de direitos humanos em Palma.





Palma entrou para a história recente de Moçambique não somente por acomodar as maiores reservas de gás natural do continente africano e, por via disso, receber investimentos multimilionários, mas também pelo facto de a 24 de Março de 2021 ter sido palco de um dos assaltos mais sangrentos do conflito protagonizado por extremistas violentos que usam métodos terroristas contra o Estado moçambicano, a população e os seus bens.

Já antes da ocupação, Palma vivia pequenos conflitos relacionados com o processo de reassentamento e compensações pela expropriação de terras das comunidades para a implantação de projectos de gás. Apesar do crescimento exponencial devido à presença de pessoas de diferentes pontos de Moçambique e do mundo que procuram emprego e trabalho, a população de Palma não teve um crescimento na mesma proporção relativamente à oferta de bens e serviços públicos, muitas vezes deixada na responsabilidade das empresas multinacionais. Depois da ocupação do distrito de Palma, a situação humanitária, de segurança e de direitos humanos era bastante preocupante. O processo de retorno da população que se tinha deslocado de Palma visava permitir a retoma das actividades normais



e de reconstrução e principalmente a facilitação das negociações para a retoma do Projecto de Gás Natural Liquefeito (LNG) liderado pela TotalEnergies.

Entretanto, os serviços essenciais e exclusivamente prestados pelo Estado para a defesa da integridade humana, a garantia jurídica da protecção dos indivíduos e grupos não acompanharam essa azáfama em Palma. Um claro contraste quando se nota que o distrito vive uma total militarização partilhada entre forças militares e paramilitares, nomeadamente a PRM, FADM, Força

Local e as forças armadas do Ruanda.

Se a presença das forças acima mencionadas pode contribuir para a garantia de segurança do distrito e principalmente dos empreendimentos devido ao seu poder militar, as comunidades ressentem-se da falta de instituições civis de administração de justiça, como um tribunal judicial distrital, procuradoria e IPAJ para apoiar a população carenciada na tramitação de casos de violação dos seus direitos. Os casos de violação de menores praticados inclusive por militares afetos à protecção das comunidades não têm tido o devido seguimento, sendo que as vítimas em muitas ocasiões são obrigadas a conviver com os seus algozes.

Os casos que conheceram alguma tramitação não tiveram o sucesso esperado porque os processos, depois de passarem pelo Comando da polícia em Palma, são enviados ao distrito de Mueda onde se encontram instalados o tribunal e a procuradoria mais próximos, tornando-se difícil para as famílias darem acompanhamento devido à falta de recursos para deslocações fre-

quentes a Mueda.

O risco advindo desta ausência de instituições de justiça contribui para a exacerbação das tensões sociais entre a população do distrito de Palma e as Forças de Defesa e Segurança (FDS), o que se não for prontamente atendido irá desembocar em situações de justiça popular em substituição das funções do Estado. A presença das tropas ruandesas, sua aproximação e cordialidade para com a população local (num contexto em que as tropas nacionais são associadas a maus tratos e violação de direitos humanos) pode ter implicações a longo prazo na construção de confiança entre a população e o Estado, essencial para a gestão do conflito em curso desde Outubro de 2017.


Torna-se urgente a abertura de instituições de justiça em Palma para responsabilizar os violadores de direitos humanos, sob o risco de agudização dos abusos e violação de direitos humanos e em última instância, a perda de confiança da população para com as instituições do Estado ao nível local.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beúla
Autor: Abdul Tavares
Layout: CDD

Contacto:
Av. Marginal nº 1182, Bairro de Cariacó, Cidade de Pemba – Cabo Delgado
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>



Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique